



## Bajubá: linguagem da comunidade LGBTTTQIA+ como prática de reexistência, interculturalidade e (re)colonialidade

Bajubá: the language of the LGBTTTQIA+ community as a practice of resistance, interculturality, and (re)coloniality

Bajubá: la lengua de la comunidad LGBTTTQIA+ como práctica de resistencia, interculturalidad y (re)colonialidad

 Marcieli Cristina Coelho<sup>1</sup>



**Resumo:** Este artigo parte de uma perspectiva ligada aos Estudos do Letramento e aos Estudos Descoloniais e tem como objetivo compreender o Bajubá como letramento de reexistência, analisando as estratégias linguísticas acionadas pela comunidade LGBTTTQIA+. Busca-se, ainda, discutir os processos de apropriação e resignificação da língua-de-santo, especialmente de matrizes iorubás presentes nos terreiros de Candomblé, considerando as relações interculturais estabelecidas entre esses grupos historicamente marginalizados. Nesse sentido, compreende-se o Bajubá como uma prática de reexistência, uma vez que possibilita a reinvenção de saberes, afetividades e formas de sociabilidade silenciadas pelos processos coloniais e heteronormativos. Além disso, o artigo problematiza a publicação da obra Aurélia – A Dicionária da Língua Afiada como um possível movimento de institucionalização dessa linguagem, refletindo sobre os tensionamentos entre visibilidade, interculturalidade e (re)colonialidade. Metodologicamente, o estudo possui caráter bibliográfico e fundamenta-se, principalmente, em Street (2006; 2014), Souza (2011), Walsh (2009) e Mignolo (2008).

**Palavras-chave:** letramentos; Bajubá; Candomblé; interculturalidade; comunidade.

**Abstract:** This article, drawing from a perspective linked to Literacy Studies and Decolonial Studies, aims to understand Bajubá as a form of re-existence literacy, analyzing the linguistic strategies employed by the LGBTTTQIA+ community. It also seeks to discuss the processes of appropriation and re-signification of the language of the saints, especially Yoruba origins present in Candomblé terreiros (religious spaces), considering the problematic intercultural relations between these historically marginalized groups. In this sense, Bajubá is understood as a practice of re-existence, since it enables the reinvention of knowledge, affectivities, and forms of sociability silenced by colonial and heteronormative processes. Furthermore, the article problematizes the publication of the work \*Aurélia – A Dicionária da Língua Afiada\* as a possible movement towards the institutionalization of this language, reflecting on the tensions between visibility, interculturality, and (re)coloniality. Methodologically, the study is bibliographic in nature and is based primarily on Street (2006; 2014), Souza (2011), Walsh (2009) and Mignolo (2008).

**Keywords:** literacies; Bajubá; Candomblé; interculturality; community.

<sup>1</sup> Doutora em Letras, Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, Paraná, PR, Brasil. Professora na Secretaria de Educação do Estado do Paraná (SEED/PR), Maringá, Paraná, Brasil. E-mail: marcieli.coelho@escola.pr.gov.br; Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-9206-3280>



**Resumen:** Este artículo, desde una perspectiva vinculada a los Estudios de Alfabetización y los Estudios Decoloniales, busca comprender el bajubá como una forma de alfabetización de reexistencia, analizando las estrategias lingüísticas empleadas por la comunidad LGBTTQIA+. Asimismo, pretende abordar los procesos de apropiación y resignificación del lenguaje de los santos, especialmente de origen yoruba, presente en los terreiros (espacios religiosos) del Candomblé, considerando las problemáticas relaciones interculturales entre estos grupos históricamente marginados. En este sentido, el bajubá se entiende como una práctica de reexistencia, ya que posibilita la reinención de conocimientos, afectividades y formas de sociabilidad silenciadas por procesos coloniales y heteronormativos. Además, el artículo problematiza la publicación de la obra *\*Aurélia – A Dicionária da Língua Afiada\** como un posible movimiento hacia la institucionalización de este lenguaje, reflexionando sobre las tensiones entre visibilidad, interculturalidad y (re)colonialidad. Metodológicamente, el estudio es de naturaleza bibliográfica y se basa principalmente en Street (2006; 2014), Souza (2011), Walsh (2009) y Mignolo (2008).

**Palabras-clave:** literacidad; Bajubá; Candomblé; interculturalidad; comunidad.

## 1 Introdução

Ao adentrarmos nos Estudos do Letramento, foi imediato o interesse e a identificação em compreender como e quais estratégias os grupos marginalizados ou invisibilizados acionam em suas comunidades, estratégias essas que ultrapassam a comunicação e constituem identidades e formas de (re)conhecimento social. O interesse em investigar como e por que o Bajubá, linguagem LGBTTQIA+<sup>2</sup>, pode ser considerado um letramento de reexistência, de interculturalidade e de (re)colonização, emerge de projetos de pesquisa desenvolvidos nesse âmbito e também de vivências pessoais em grupos que fazem o uso dessa linguagem.

Mais do que um conjunto lexical específico, o Bajubá constitui-se numa prática discursiva marcada por processos de resistência simbólica, produção de pertencimento coletivo e reinscrição de sujeitos historicamente marginalizados. Sua circulação em espaços de sociabilidade LGBTQIA+ evidencia modos de existência que tensionam normas linguísticas, sexuais e culturais hegemonicamente instituídas.

Quando busco compreender esses conceitos de reexistência, interculturalidade e (re)colonização imbricados ao conceito de letramento, é necessário afirmar que estou inscrita em uma das faces do Estudos do Letramento que considera, enquanto práticas de letramento, não somente aquelas que estão vinculadas à educação, às práticas institucionalizadas, mas também àquelas que estão às margens, que fazem parte do cotidiano de pessoas, contudo, não estão colocadas na ordem do dia.

Essa perspectiva dos Estudos do Letramento pode, como abordam Kleiman e Sito (2016), problematizar grupos que se diferenciam sociolinguística e culturalmente, fazendo uso de vários

---

<sup>2</sup> Ao longo deste artigo, optamos teoricamente pela sigla LGBTTQIA+, em detrimento de outras configurações. Nossa escolha está pautada no entendimento de que ao nomearmos as comunidades que compõem o movimento estamos colocando-as em estado de visibilidade e de dizibilidade. As comunidades que integram o movimento LGBTTQIA+ são, respectivamente: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgênero, Queer, Intersexuais, Assexuais e o “+” (mais) que identifica outras identidades de gênero e outras orientações sexuais que não se encaixam no padrão cis-heteronormativo.

dialetos e línguas para registrar suas experiências, suas vivências, mesmo não sendo legitimadas e reconhecidas perante uma sociedade normatizadora e normalizadora.

Nesse sentido, os Novos Estudos do Letramento permitem deslocar o olhar de concepções autônomas e universalizantes da escrita para compreender os letramentos como práticas sociais atravessadas por relações de poder, disputas identitárias e dinâmicas culturais específicas. Tal perspectiva possibilita reconhecer que determinados usos da linguagem, embora frequentemente marginalizados, operam como formas legítimas de produção de conhecimento, memória e resistência social (Kleiman; Sito, 2016).

Para este estudo sobre a multiplicidade dos letramentos, interessam-me especialmente as práticas linguísticas da comunidade LGBTTTQIA+ que faz uso do Bajubá, linguagem cuja constituição está vinculada à língua iorubá praticada, no Brasil, nos terreiros de Candomblé. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é analisar as estratégias de letramento acionadas por esse grupo historicamente estigmatizado em razão de sua sexualidade. Busca-se, ainda, compreender os processos de apropriação e ressignificação da língua-de-santo realizados pela comunidade LGBTTTQIA+, considerando as relações estabelecidas com outro grupo também historicamente subalternizado: os sujeitos que praticam e frequentam os terreiros de Candomblé.

Assim, compreendo essa prática como um letramento de reexistência, visto que consiste na reinvenção, no reexistir, no reviver, no insurgir das práticas, retornando algumas matrizes que foram silenciadas ao longo da nossa história. Contudo, o Bajubá, em 2006, teve sua linguagem dicionarizada, com a publicação da *Aurélia – A Dicionária da Língua Afiada*, sendo inscrita dentro de uma ordem já estabelecida, ou em uma estrutura institucionalizada, como aponta Walsh (2009), passando a integrar um processo de (re)colonização, visto que essa linguagem, inicialmente, tinha como intuito ser uma espécie de código oral entre as travestis (Trevisan, 2007).

Para refletir acerca dessas comunidades marginalizadas e do processo de constituição da linguagem Bajubá, irei abordar, além dos Estudos do Letramento, os Estudos Descoloniais discutidos, dentre outros autores, por Walsh (2009) e Mignolo (2008), visando, assim, à articulação entre letramento e identidades sociais, como as relacionadas com etnicidade, gênero social.

Este artigo apresenta, inicialmente, o percurso teórico que subsidia a discussão proposta, partindo das concepções de letramento desenvolvidas por Street (2006; 2014) e do conceito de letramentos de reexistência elaborado por Souza (2009; 2011). Em seguida, mobilizam-se os Estudos Descoloniais, especialmente as contribuições de Walsh (2009) e Mignolo (2008), a fim de discutir os conceitos de reexistência, interculturalidade e (re)colonialidade. Posteriormente, propõe-se uma análise das relações entre o Bajubá e a língua-de-santo praticada nos terreiros de Candomblé, buscando compreender os processos de apropriação, ressignificação e circulação dessas práticas linguísticas. Por fim, o artigo problematiza a publicação da obra *Aurélia – A Dicionária da Língua Afiada*, refletindo sobre os tensionamentos entre letramento, visibilidade, interculturalidade e (re)colonialidade.

## 2 Letramentos de reexistência

A discussão que envolve o letramento é muito ampla e tem ganhado cada vez mais espaço. Na última década, tem havido um aumento significativo dos estudiosos em uma perspectiva teórica e transcultural em relação ao letramento, perspectiva essa que norteará este artigo. Contudo, antes de adentrarmos nessa relação transcultural do letramento, fazem-se necessárias algumas considerações acerca do que compreendo, com base nas leituras em Street (2014), por letramento.

Há algum tempo, boa parte das pesquisas incidiam sobre a aquisição do letramento ou a diferença entre letramento e oralidade, quase sempre voltados ao contexto educacional, porém isso tem sido discutido, atualmente, em uma perspectiva mais ampla, contemplando, inclusive, um letramento fora do arcabouço da educação, estendendo-se a outras práticas sociais.

De acordo com Street (2014), uma das mudanças significativas em relação à ampliação dos Estudos do Letramento foi a rejeição por vários pesquisadores de uma visão dominante do letramento no qual era visto como uma habilidade neutra e técnica, sem levar em consideração o contexto social, as relações de saber/poder que perpassam essa prática. Em contrapartida, passou-se a considerar o letramento como uma prática ideológica na qual se consideram as relações de saber/poder, o contexto social, cultural e material e não como algo isolado. Com base nesses preceitos, é possível reconhecer uma multiplicidade de letramentos<sup>3</sup> e abordá-lo por meio de sua natureza social do caráter múltiplo das práticas letradas, descrevendo suas especificidades em relação a tempos e lugares e não somente na descrição da escrita, como acontecia em um letramento autônomo. Conforme aponta o autor:

Existem vários modos diferentes pelos quais representamos nossos usos e significados de ler e escrever em diferentes contextos sociais e o testemunho de sociedades e épocas diferentes demonstra que é enganoso pensar em uma coisa única e compacta chamada letramento. A noção de que a aquisição de um letramento único e autônomo terá consequências pré-definidas para os indivíduos e as sociedades provou ser um mito, quase sempre baseado em valores específicos culturalmente estreitos sobre o que é propriamente o letramento. Prefiro trabalhar com base no que chamo de modelo 'ideológico' de letramento, o qual reconhece uma multiplicidade de letramentos; que o significado e os usos das práticas de letramento estão relacionados com contextos culturais específicos; e que essas práticas estão sempre associadas com relações de poder e ideologia: não são simplesmente tecnologias neutras (Street, 2014, p. 446).

A partir dessa perspectiva, os letramentos deixam de ser concebidos exclusivamente como competências escolares legitimadas e passam a incluir práticas linguísticas cotidianas frequentemente invisibilizadas pelas instituições formais. Tal compreensão torna-se fundamental para pensar grupos socialmente marginalizados cujas formas de produção de linguagem e conhecimento foram historicamente desqualificadas por modelos eurocentrados de racionalidade.

---

<sup>3</sup> O termo “multiplicidade de letramentos” é usado, neste caso, como sinônimo de “letramentos”, contudo esse termo será exposto e explicado no decorrer do artigo.

Para este artigo, a abordagem dos Novos Estudos do Letramento mostra-se pertinente, pois permite visibilizar e discutir o caráter social e plural das práticas de letramento adquiridas em processos e espaços em distintas esferas do cotidiano. Contribui, ainda, para o entendimento dos diversos sentidos atribuídos à linguagem, aos diferentes modos de ler, escrever e falar que caracterizam as histórias e trajetórias de letramentos dos diferentes grupos. As autoras Kleiman e Sito (2016) justificam a pertinência dessa abordagem ao afirmar que:

Essa nova agenda de pesquisa acarreta um diferencial nos trabalhos que se filiam à vertente sociocultural dos Estudos de Letramento, pois necessariamente exige repensar e desnaturalizar as concepções mais valorizadas sobre a escrita de “outros”, até então considerados pelos estudos tradicionais sobre a escrita, provocando uma crítica ao grafocentrismo deles constitutivo, a partir do reconhecimento dessas realidades linguístico culturais. Daí a importância em considerar os letramentos emergentes desses grupos como práticas de multiletramentos. Práticas que, se não inovam as tecnologias, podem inovar na recriação de gêneros ‘secundários’ (na terminologia de Bakhtin), assim como nas tradições orais, no uso do espaço e do corpo, nas formas e tradições artesanais e artísticas, tomando para si, ainda, objetos e artefatos do ‘outro’ majoritário para fazer emergir e para fortalecer as múltiplas práticas letradas que lhes são necessárias para interagir com e nas instituições contemporâneas (Kleiman; Sito, 2016, p. 175).

Ao problematizar os processos de legitimação cultural da escrita, os Novos Estudos do Letramento aproximam-se das discussões propostas pelos Estudos Descoloniais, sobretudo, porque ambas as perspectivas questionam epistemologias hegemônicas e buscam dar visibilidade aos saberes produzidos por sujeitos historicamente subalternizados.

A ampliação de sentidos – de letramentos, legitimidade, identidades letradas, multiletramentos – permite-nos abarcar populações negras, povos indígenas, populações camponesas, analfabetos adultos e adolescentes, jovens e alfabetizadores, assim como outros atores que têm seus saberes e suas práticas invisibilizados pelos grupos dominantes, em diferentes cenários: político, educacional, laboral (Kleiman; Sito, 2016, p.177).

No campo dos Estudos Descoloniais, destaca-se o conceito de reexistência discutido por Walsh (2009), fundamental para compreender o letramento para além de uma dimensão técnica da linguagem, concebendo-o como prática social, política e cultural de resistência e reinvenção das existências subalternizadas. A autora destaca que o reexistir é um renascer em meio práticas dominantes e eurocentradas que foram naturalizadas no decorrer das práticas e do tempo, reexistir é reviver: é fazer nascer ou fazer viver aqueles saberes ou aquelas práticas que foram esmagadas, que foram silenciadas em detrimento de outros saberes colocados e discursivizados como correto, como aquele que gera a globalização, aquele dominante. Ao reconhecer essa dominação, esse silenciamento, é preciso reafirmar nossos saberes e transcender essa visão modernidade-colonialidade e potencializar um fortalecimento coletivo a partir das nossas realidades e vivências, “um desígnio de ‘bem-viver’ e ‘com-viver’ onde realmente caibam todos” (Walsh, 2009, p. 38).

Para que exista esse “bem-viver” e o “com-viver” é necessário que a plurinacionalidade seja o eixo do projeto intercultural, deixando a matriz colonial do Estado Nação - configurado como

uninacional, colonial e excludente - e abraçando um Estado Plurinacional construído a partir das diferenças. A plurinacionalidade e a interculturalidade são projetos descoloniais que se propõem a construir um pensamento “outro”, por meio da reconstituição das estruturas sociais, epistêmicas e de existências. Para Mignolo (2008), descolonizar é imaginar um mundo no qual muitos mundos podem existir em conjunto. Assim, para o autor, essa opção significa, entre outras coisas, aprender a desaprender para aprender novamente. Segundo Walsh (2009, p. 140),

Como projeto político, social, epistêmico e ético, a interculturalidade crítica expressa e exige uma pedagogia e uma aposta e prática pedagógicas que retomam a diferença em termos relacionais, com seu vínculo histórico político-social e de poder, para construir e afirmar processos, práticas e condições distintas. Dessa maneira, a pedagogia é entendida além do sistema educativo, do ensino e transmissão do saber. É também processo e prática sócio-políticos produtivos e transformadores assentados nas realidades, subjetividades, histórias e lutas das pessoas que vivem num mundo regido pela estrutura colonial.

A noção de reexistência pensada no campo dos Estudos do Letramento é desenvolvida por Souza (2011), ao analisar as práticas de letramento no movimento *hip hop* que consiste na “reinvenção de práticas que os ativistas realizam, reportando-se às matrizes e aos rastros de uma história ainda pouco contada, nos quais os usos da linguagem comportam uma história de disputa pela educação escolarizada ou não” (Souza, 2011, p. 37).

Segundo Souza (2011), o letramento é categorizado como de reexistência ao evidenciar que, ainda que não se perceba ou não sejam valorizadas, há no cotidiano uma reinvenção de práticas de uso da linguagem que os sujeitos realizam e que estão ancoradas, sobretudo, nos referenciais e na história de vida das pessoas.

Diante dessas discussões, é possível compreender o Bajubá como um letramento de reexistência, uma vez que recombina diferentes práticas linguísticas e culturais sem estabelecer hierarquizações entre elas, reinventando, assim, os usos sociais da linguagem. Nessa perspectiva, Souza (2011) afirma que:

Os letramentos de reexistência mostram-se singulares, pois, ao capturarem a complexidade social e histórica que envolve as práticas cotidianas de uso da linguagem, contribuem para a desestabilização do que pode ser considerado como discursos já cristalizados em que as práticas validadas sociais de uso da língua são apenas as ensinadas e aprendidas na escola formal (p. 36).

Ainda segundo a autora citada, o *hip-hop* é resultado de um sistema educacional segregacionista, em que as práticas de letramento baseadas na oralidade são marginalizadas, em favor do modelo europeu do letramento escrito, o que atinge particularmente as comunidades negras, cuja cultura se apoia, em grande parte, na oralidade. Da mesma forma, pode-se pensar no processo de prática da língua iorubá, a qual tem sua circulação baseada na oralidade, principalmente dentro dos terreiros de candomblé.

[...] para ser leitor, dentro de um processo em que a palavra escrita é européia e responde às teorias racistas vigentes, é preciso embranquecer. As leituras de

negros e mestiços, marcadamente influenciadas pela tradição oral desvalorizada, juntamente com seu corpo de descendência africana, não têm lugar, valor algum se comparadas aos valores da leitura e da escrita ensinados na escola, ou fora dela (Souza, 2011, p. 40).

Desse modo, portanto, é preciso compreender a dimensão do comprometimento do Bajubá em “recriar, de maneira singular, as práticas culturais e educacionais que marcam o movimento social negro nas diferentes épocas, desde a chegada dos negros africanos no Brasil” (Souza, 2011, p. 43).

Assim, compreende-se, neste artigo, a reexistência, conforme propõe Walsh (2009), como um processo de reviver e reexistir por meio da criação, da reinvenção e da ressignificação de práticas e saberes historicamente marginalizados. Nesse sentido, apresenta-se, a seguir, o processo de apropriação da língua iorubá pela comunidade LGBTTQIA+, bem como as estratégias linguísticas acionadas pelo grupo na construção de identidades e formas de pertencimento social.

### **3 Bajubá, linguagem da comunidade LGBTTQIA+: interculturalidade (re)colonialidade**

Conforme mencionado neste artigo, o Bajubá, linguagem da comunidade LGBTTQIA+, tem sua formação a partir de alguns léxicos da língua iorubá, usada, no Brasil, em rituais religiosos do Candomblé. Entretanto, essa relação não deve ser compreendida apenas como um simples empréstimo linguístico, mas como um processo complexo de circulação cultural, deslocamento semântico e reinscrição identitária. Trata-se de um processo de ressignificação intercultural, no qual termos do iorubá e da língua-de-santo são deslocados de um campo semântico ritual-religioso para um campo discursivo ligado à identidade, ao afeto, à sexualidade e à sobrevivência simbólica da comunidade LGBTTQIA+. Ou seja, o Bajubá não “reproduz” o iorubá: ele o reinscreve em outra matriz de sentido.

Por ser um espaço onde as pessoas vão buscar abrigo, compreensão e restauração, o candomblé cria laço identitário, familiar e comunitário. ‘O candomblé é um quilombo que abriga e acolhe as dores das pessoas e vai gerando laços de família’, define Sidnei, que também é Professor Doutor em Semiótica e Linguística Geral pela Universidade de São Paulo. As especificidades das línguas utilizadas no culto aos orixás compõem elementos que fortalecem esse espírito de comunidade dentro do candomblé. A língua é um dos elementos que distinguem as diferentes nações entre si, há diferenças ainda no conjunto de divindades veneradas, nos ritos, entre outras características. No candomblé *ketu* e *efon*, se fala, se reza, se canta em iorubá; no candomblé *angola*, a língua é o bantu; e, no *jeje*, as saudações às divindades, por eles chamadas de *vodun*, são feitas em ewe fon (Revista Trip, 2005, s.p.).

A ligação entre essa prática religiosa e a comunidade acontece, justamente, porque o Candomblé, diferentemente de outras religiões, não proíbe a participação da comunidade LGBTTQIA+ em seus rituais; ao contrário, acolhe todos sem distinção. Essa acolhida acontece

devido ao culto dos orixás que também não possuem uma identidade sexual rotulada, podendo ser incorporados tanto em homens quanto em mulheres, ou seja, há uma ambiguidade sexual vivida plenamente através dos santos. Trevisan (2004), falando sobre as relações entre o candomblé e a vivência homossexual, diz que vários antropólogos e pesquisadores das religiões afrobrasileiras confirmaram esta ocorrência em pesquisas de campo.

Nos cultos dos orixás da África Ocidental, já existia a tradição de considerar como não-desviantes muitos aspectos da homossexualidade. Além disso, travestismo é comum nesses rituais em que os sacerdotes africanos costumam usar vestimentas nupciais femininas do século XIX. [...] Já na própria doutrina e metafísica do candomblé encontra-se a essência divina primordial com sexo indefinido, abrangendo o ciclo do ativo ao passivo, indiscriminadamente (Trevisan, 2004, p. 479).

Sendo assim, nesses ritos, não importa a orientação afetiva/sexual do participante, visto que não há essa distinção nos santos. A exaltação à natureza e o fato de participantes incorporarem divindades masculinas e femininas sem distinção fazem com que os terreiros acabem sendo um campo mais livre para os homossexuais. Outros autores como Oliveira *et al* (2002) também destacam essa integração do candomblé, em que, nos ritos, não há distinção, nem supremacia de gêneros.

O sistema mítico do candomblé não é fragmentário nem excludente; é totalitário – no sentido de abranger o ser humano como um todo -, e integrativo. Os mitos, os processos de iniciação, os rituais, enfim, toda estrutura mítica do candomblé obedece a uma lógica própria, lógica essa que concebe o tempo e o espaço diferentemente de como os concebe o mundo racional, baseado em axiomas científicos, do ocidente (Oliveira *et al*, 2002, p.2).

Outra possibilidade de ligação entre essas duas comunidades é a forma como a nossa sociedade foi construída, em que o negro, historicamente, foi excluído e mantido à margem da sociedade, criando um falso mito de igualdade racial. Aos integrantes da comunidade LGBTTQIA+, por sua vez, também sempre foram vítimas de preconceitos, de olhares tortos, de processos de “cura” (uma delas, inclusive, por meio da religião), portanto, tanto um grupo quanto o outro, embora por diferentes motivos, um racial e outro sexual, sempre foram excluídos da sociedade, invisibilizados e silenciados.

Assim como a comunidade negra, a comunidade LGBTTQIA+ também tem uma história de resistência, de uma reexistência em relação à normalização, à heteronormatividade, pautadas pelos padrões eurocêtricos, e tiveram que adotar estratégias de sobrevivência. Uma das estratégias é em relação à criação de uma linguagem própria da comunidade, o Bajubá, utilizada quando estão reunidos em suas “comunidades de prática” (Rampton, 2006), para falar sobre determinado assunto, para que outros ao redor não saibam do que estão falando, funcionando como código de reconhecimento interno.

Por muito tempo, essa linguagem, assim como a língua-de-santo, praticada nos rituais nos terreiros de candomblé, não possuía registros escritos e circulava predominantemente na oralidade,

em suas comunidades de prática. Contudo, foi publicada, em 2006, a obra *Aurélia - A Dicionária da Língua Afíada*, o primeiro dicionário em Língua Portuguesa que reúne expressões e palavras utilizadas pela comunidade LGBTTTQIA+, resultado de ampla pesquisa de Fred Lib e Ângelo Vip. O nome “Aurélia” faz referência ao clássico dicionário “Aurélio”, o volume contém 1.300 verbetes, todos descritos como em um dicionário tradicional. Como grande parte do vocabulário do Bajubá tem conotação sexual, já nas primeiras páginas da obra os autores avisam: “Este dicionário não tem a pretensão de ser politicamente correto. Muitos termos são chulos e pejorativos, podendo ser ofensivos para determinadas pessoas ou grupos. Nesse caso, recomendamos a interrupção imediata da leitura” (Lib & Vip, 2006, p.10). Os verbetes que compõem a dicionária foram coletados em todas as regiões do Brasil e outros países lusófonos, por exemplo, Portugal. A seguir, apresento algumas palavras que constam na dicionária *Aurélia*:

Quadro 1 – Verbetes da dicionária *Aurélia*

Bajubá	Significado segundo a dicionária <i>Aurélia</i> (2006)
<i>Amapô</i>	Mulher
<i>Bofe</i>	Heterossexual ou homossexual ativo
<i>Dar close</i>	Dar uma olhada, dar pinta
<i>Desaquendar</i>	Deixar de lado, deixar em paz
<i>Erê</i>	Jovem, criança
<i>Ilê</i>	Casa
<i>Ocó</i>	Homem
<i>Odara</i>	Bonita
<i>Picumã</i>	Cabelo ou peruca
<i>Ser do babado</i>	Ser homossexual

Fonte: Elaborada pela autora, a partir da dicionária *Aurélia*.

Pode-se perceber que de todo esse processo entre o iorubá, a língua-de santo resultou na construção de um modo de falar da comunidade LGBTTTQIA+, gerando um fenômeno linguístico que ultrapassou os espaços religiosos e passou a circular também entre sujeitos que participam, integram ou se identificam com a comunidade LGBTTTQIA+. Trevisan (2007, p. 37), aponta que a linguagem Bajubá é tida, hoje, como um dos “signos de afirmação” da cultura LGBTTTQIA+ que impõe marcas positivas na linguagem, para enfatizar a cultura e a identidade.

O léxico do Bajubá, funciona, portanto, como um marcador de subjetivação: ele representa simultaneamente a herança africana (dos terreiros) e a experiência histórica da dissidência sexual. Termos como *odara*, *erê*, *ilê*, *ocó* e *amapô* não apenas nomeiam pessoas ou qualidades, mas constroem um universo simbólico que articula ancestralidade, afetividade e pertencimento

comunitário. Nesse sentido, o Bajubá opera como uma gramática da resistência, pois nomear é existir.

Durante o processo de elaboração deste artigo, surgiu o questionamento — ou mesmo o incômodo — acerca de se, com a publicação do dicionário *Aurélia*, essa linguagem ainda pode ser considerada uma prática de reexistência, visto que, ao deixar o campo da oralidade e inscrever-se em uma prática escrita, ela passa a reafirmar um caráter de normalização, inserindo-se em uma cultura e em práticas dominantes e, portanto, submetendo-se a um processo de (re)colonização.

Diante disso e, ainda, imersa nas leituras dos Estudos Descoloniais, proponho pensar o Bajubá, sim, como um processo de reexistência, visto que, conforme já apontado neste artigo, essa prática de letramento realiza uma recombinação e, a partir dela, uma reinvenção da linguagem para seu uso social, contribuindo, assim, para a desestabilização de discursos e práticas já cristalizados. Contudo, conforme destaca Walsh (2009), é preciso estarmos atentos às (multi)facetas do discurso e das práticas do (neo)liberalismo multiculturalista, pois sustentados pelo capitalismo global, elas nos impõem uma lógica de incorporação das diferenças, na medida em que neutraliza e esvazia seu significado efetivo, ou seja, dar visibilidades a esses grupos ou a sua linguagem, como na forma de publicação da dicionária, não quer dizer que ocorra uma aceitação e uma convivência dessas diferenças sociais marcadas pela sexualidade.

Enquanto a dupla modernidade-colonialidade historicamente funcionou a partir de padrões de poder fundados na exclusão, negação e subordinação e controle dentro do sistema/mundo capitalista, hoje se esconde por trás de um discurso (neo)liberal multiculturalista. Desse modo, faz pensar que com o reconhecimento da diversidade e a promoção de sua inclusão, o projeto hegemônico de antes está dissolvido. No entanto, mais que desvanecer-se, a colonialidade do poder nos últimos anos esteve em pleno processo de reacomodação dentro dos desígnios globais ligados a projetos de neoliberalização e das necessidades do mercado; eis aí a 'recolonialidade' (Walsh, 2009, p. 16).

Nesse sentido, a publicação e ampla circulação dessa dicionária da língua Bajubá não aponta, em momento algum, que as questões relacionadas à comunidade LGBTTQIA+ são colocadas em discussão, ao contrário, o número de crimes causados pela LGBTfobia, segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (2026) só aumenta a cada dia. Assim, essa faceta do multiculturalismo só se converte, talvez, em uma nova face ou estratégia que mantém uma dominação colonial.

O reconhecimento e respeito à diversidade cultural se convertem em uma nova estratégia de dominação que ofusca e mantém, ao mesmo tempo, a diferença colonial através da retórica discursiva do multiculturalismo e sua ferramenta conceitual, a interculturalidade "funcional", entendida de maneira integracionista. Essa retórica e ferramenta não apontam para a criação de sociedades mais equitativas e igualitárias, mas para [...] impulsionar os imperativos econômicos do modelo neoliberal de acumulação capitalista, agora "incluindo" os grupos historicamente excluídos (Walsh, 2009, p. 16).

Como citado acima, essa ação de reconhecimento dos grupos minoritários politicamente, é reconhecida dentro de uma interculturalidade dita funcional, visto que não tem como objetivo a

descentralização do poder dos grandes grupos, mas sim, atrair e adequar esses corpos a uma normalização, atraídos, principalmente pela questão econômica. Sobre a interculturalidade funcional, Walsh (2009) aponta que:

[...] a perspectiva da interculturalidade se enraíza no reconhecimento da diversidade e das diferenças culturais, com metas de incluir a mesma no interior da estrutura social já estabelecida. Dentro dessa perspectiva – que busca promover o diálogo, a convivência e a tolerância – a interculturalidade é ‘funcional’ ao sistema existente, pois não toca nas causas de assimetria e desigualdades sociais, tampouco questiona as regras do jogo, por isso é perfeitamente compatível com a lógica do modelo (neo)liberal existente (Walsh, 2009, p. 77-78, tradução minha)<sup>4</sup>

É nesse intento que tratamos a publicação da dicionária como uma perspectiva intercultural funcional, pois a partir dela não se questiona nada, tampouco há alguma ação ou processo que desencadeie uma (des)construção dessa estrutura social que está posta e aceita, nem coloca em evidência as reais prioridades da comunidade LGBTTQIA+, há somente um reconhecimento dessa diversidade, tanto em relação à comunidade quanto relação à linguagem usada pelos participantes.

Pensando nesse processo do letramento como reexistência e interculturalidade, é necessário pensar a dicionária e a linguagem Bajubá a partir de uma interculturalidade crítica que tem como base a diferença, a diversidade, mas, principalmente, a estrutura em que essas diferenças e diversidades estão inseridas, bem como a forma como são tratadas, visto que estão dentro de uma estrutura colonial. Assim, o Bajubá aponta para práticas interculturais não apenas porque mistura matrizes culturais distintas, mas porque produz um espaço de negociação simbólica entre dois mundos historicamente subalternizados: o dos terreiros e o das dissidências sexuais. Essa interculturalidade, quando funcional, limita-se ao reconhecimento superficial da diferença; quando crítica, pode se tornar uma prática de insurgência epistêmica.

Nessa perspectiva, a interculturalidade é uma ferramenta nessa (des)construção da estrutura, que age por meio de estratégias, ações e processos que sejam efetivados com legitimidade, igualdade, dentro de um projeto sócio-histórico e político que afirma a necessidade de mudar, não somente os modos de se relacionar com os outros e com o mundo, mas, também, outras formas de estruturas.

A interculturalidade entendida criticamente ainda não existe, é algo por construir. Por isso, se entende como uma estratégia, ação e processo permanentes de relação e negociação *entre*, em condições de respeito, legitimidade, simetria, equidade e igualdade. Mas o mais importante é seu entendimento, sua construção e seu posicionamento como projeto político, social, ético e epistêmico – de saberes e conhecimentos –, que afirma a necessidade de trocar não só as relações, mas também as estruturas, condições e dispositivos de poder que mantém a

---

<sup>4</sup> “[...] a perspectiva da interculturalidade se enraíza no reconhecimento da diversidade e das diferenças culturais, com metas de incluir a mesma no interior da estrutura social já estabelecida. Dentro dessa perspectiva – que busca promover o diálogo, a convivência e a tolerância –, a interculturalidade é ‘funcional’ ao sistema existente, pois não toca nas causas de assimetria e desigualdades sociais e culturais, tampouco questiona as regras do jogo, por isso é perfeitamente compatível com a lógica do modelo (neo)liberal existente” (Walsh, 2009, p. 77-78, tradução da autora).

desigualdade, a inferiorização, a racionalização e a discriminação (Walsh, 2009, p. 78-79, tradução minha).<sup>5</sup>

Portanto, pensar em uma interculturalidade crítica em relação ao Bajubá não é somente reconhecer as diferenças, publicar dicionários que ajudem a compreender e entender suas práticas de letramento, mas criar projetos e propostas que reconceitualizem as estruturas sociais vigentes, colocando em evidência outras formas de ver, pensar e viver essas sexualidades e afetividades outras.

## 4 Considerações finais

Ao problematizar e colocar em debate práticas de letramento consideradas ilegítimas, ou ainda aquelas situadas fora do âmbito escolar ou educacional, evidencia-se algo necessário e urgente, pois é preciso, como propõem os Estudos Descoloniais, livrarmo-nos das vendas que nos cegam para enxergar além; reconhecer que existem outras práticas de letramento para além daquelas colocadas em evidência pelo processo de colonização, que nos faz acreditar serem as únicas legítimas. É preciso, ainda, como propõem Kleiman e Sito (2016), visitar conceitos e pressupostos, bem como estabelecer diálogos interdisciplinares, para que esse processo de colonização seja questionado e possibilite a reemergência de outras práticas.

A análise apresentada neste artigo buscou compreender como e quais são as estratégias de letramento acionadas pelo grupo LGBTTQIA+, bem como descrever esses letramentos dentro de um processo de apropriação do iorubá, ou língua-de-santo, usadas nos terreiros de candomblé. Além disso, coloca-se em discussão de que modo o Bajubá pode ser compreendido como um letramento de reexistência, uma vez que faz reexistir não apenas a comunidade LGBTTQIA+, mas também confere voz e visibilidade à linguagem praticada nos terreiros, podendo ser considerado, assim, uma alternativa às práticas de letramento legitimadas e inscritas em padrões normativos. Contudo, com a publicação do dicionário *Aurélia*, percebe-se a incidência de um processo de (re)colonialidade, na medida em que o Bajubá, inicialmente constituído e praticado no campo da oralidade, é reinscrito em uma ordem legitimadora, subordinando-se a uma estrutura já estabelecida e cristalizada. Essa ação de publicação pode ser compreendida apenas a partir de uma perspectiva de interculturalidade funcional, pois esse reconhecimento da linguagem LGBTTQIA+ não aponta para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, conforme propõe a interculturalidade crítica, mas converte-se somente em uma “nova” ferramenta vinculada à lógica da (re)colonialidade.

---

<sup>5</sup> Por isso, se entende como uma estratégia, ação e processo permanentes de relação e negociação entre, em condições de respeito, legitimidade, simetria, equidade e igualdade. Mas o mais importante é seu entendimento, sua construção e seu posicionamento como projeto político, social, ético e epistêmico – de saberes e conhecimentos –, que afirma a necessidade de mudar não só as relações, mas também as estruturas, condições e dispositivos de poder que mantêm a desigualdade, a inferiorização, a racialização e a discriminação (Walsh, 2009, p. 78-79, tradução da autora).

## Referências

- BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2025**. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2026. Disponível em: [https://antrabrazil.org/wp-content/uploads/2026/01/dossie-antra-2026.pdf?utm\\_source=chatgpt.com](https://antrabrazil.org/wp-content/uploads/2026/01/dossie-antra-2026.pdf?utm_source=chatgpt.com). Acesso em: 19 mai. 2026.
- KLEIMAN, Angela B.; SITO, Luanda. “Multiletramentos, interdições e marginalidades”. In: KLEIMAN, Angela. B.; ASSIS, Juliana Alves. (Orgs.). **Significados e ressignificações do letramento**. Desdobramentos de uma perspectiva sociocultural da escrita. Campinas: Mercado de Letras, 2016, p. 169-198. Disponível em: [wacclearinghouse.org/docs/books/letramento/significados.pdf](http://wacclearinghouse.org/docs/books/letramento/significados.pdf). Acesso em: 22 jun. 2026.
- MIGNOLO, Walter, D. **Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política**. Traduzido por: Ângela Lopes Norte. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade**, no 34, p. 287-324, 2008. Disponível em: [https://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia\\_epistemica\\_mignolo.pdf](https://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia_epistemica_mignolo.pdf). Acesso em: 12 dez. 2025.
- OLIVEIRA, Eduardo David de; SOUZA, Marcilene Garcia de; PAULA, Maria José da Silva S. **A Questão de Gênero do Candomblé**. Rio de Janeiro, Editora Livraria José Olímpio, 2002. Disponível em: <https://www.ifil.org/Biblioteca/souza.htm>. Acesso em: 22 jun. 2026.
- RAMPTON, Ben. Continuidade e mudança nas visões de sociedade em linguística aplicada. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.). **Por uma linguística aplicada INdisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. 279 p.
- REVISTA TRIP. **A preservação da cultura e da identidade africana baseada no terreiro de candomblé**. Disponível em: <http://revistatrip.uol.com.br/trip/a-preservacao-da-cultura-e-da-identidade-africana-baseada-no-terreiro-de-candomble> . Acesso em: 12 nov. 2025.
- SOUZA, Ana Lúcia Silva. **Letramentos de Reexistência**. Poesia, Grafite, Música, Dança: Hip-Hop. São Paulo, Parábola, 2011.
- STREET, Brian V. **Letramentos sociais: Abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação**. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola editorial, 2014.
- STREET, Brian V. Perspectivas interculturais sobre o letramento. **Filol. lingüíst. port.**, n. 8, p. 465-488, 2006.
- TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso – A Homossexualidade no Brasil da Colônia à Atualidade**. Rio de Janeiro, Editora Record, 6ª ed., 2004.
- TREVISAN, João Silvério. **O Linguajar do Gueto Guei**. Revista G Magazine. Rio de Janeiro. Edição nº 113, ano 9, fevereiro de 2007.
- VIP, Ângelo; LIBI, Fred. Aurélia – **A Dicionária da Língua Afiada** – São Paulo, Editora do Bispo, 2006.
- WALSH, Catherine. **Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re existir e re-viver**. In: Vera Maria Candau (org) **Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**, 2009.
-

### **Contribuições dos Autores (CRediT)**

Marieli Cristina Coelho: Conceitualização; Metodologia; Investigação; Redação – rascunho original; Redação – revisão e edição.

### **Conflitos de Interesses:**

A autora declara não haver quaisquer relações pessoais, profissionais, financeiras ou acadêmicas que possam ser interpretadas como influência nos métodos, resultados ou discussões apresentadas neste manuscrito.

### **Financiamento:**

Esta pesquisa não recebeu financiamento.

### **Aprovação ÉTICA:**

Não se aplica.

### **Agradecimentos:**

Não se aplica.

### **Como citar este artigo (ABNT):**

COELHO, Marieli. Bajubá: linguagem da comunidade LGBTTQIA+ como prática de reexistência, interculturalidade e (re)colonialidade. **Revista Educação e Linguagens**, Campo Mourão, v.16, e162622, p.1-14, jan./dez. 2026. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/revistaeducplings/article/view/11726>. Acesso em: [inserir data de acesso].

### **Editor Responsável:**

Deivid Alex dos Santos.